



LIBERAÇÃO POR LEI DO HOMESCHOOLING EM SOLO BRASILEIRO!

Na série de televisão inglesa “Don’t look at me”, é retratada a história de Jake, um menino autista que, por sua dificuldade de comunicação, recebe aula de seus pais em casa - uma prática comum em países de primeiro mundo como Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Da mesma forma, faz-se pertinente debater acerca das consequências da legalização do ensino doméstico em sala verde e amarela.

Por um lado, o Homeschooling possui pontos negativos. A partir da década de 70 a população conservadora começou a adotar esse estilo de ensino para proteger os filhos de supostas doutrinações e ideologias não cultuadas pela família - encontrando, assim, uma forma de estagnar o pensamento e cristalizar preconceitos de uma comunidade. Além disso, a escola é um curso preparatório para a vida adulta, portanto, ao retirar uma criança da sala de aula, ela é impedida de construir relações e desenvolver técnicas sociais, as quais são cruciais para conviver em sociedade. Dessa forma, nota-se a dificuldade argumentativa – causada pelo isolamento de ideias e a autoexclusão – causada pelo medo de se relacionar.

Por outro lado, o Homeschooling apresenta diversos pontos positivos. Assim como Jake, crianças deficientes são beneficiadas à medida que evitam episódios de bullying – um problema frequente em escolas – posteriormente exclusão social (Segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar, em aproximadamente 6.000 crianças eram educadas em casa, ademais, 85% desse número têm como justificativa alguma deficiência – o que caracteriza escolas supostamente como hostis. Além disso, institutos educacionais são palcos de episódios violentos, como por exemplo a tragédia de Suzano, onde dois meninos atiraram pela escola e mataram 5 alunos, fazendo, dessa forma, com que pais temam a vida de seus filhos. Logo, o ensino domiciliar apresenta uma proposta segura e confortável.

Depreende-se, pois, que a descriminalização da educação domiciliar requer políticas públicas ativas. Desse modo, urge que o Ministério da Educação (MEC) faça, por meio de avaliações semestrais, a fiscalização da qualidade de conteúdo – já pré-selecionados pelo órgão – que o aluno receba dos pais e/ou professores contratados. Caso o aluno falhar por duas vezes a avaliação, ele deve voltar imediatamente para uma

instituição escolar. Além disso, práticas voluntárias podem ser integradas ao currículo com o propósito de desenvolver contatos sociais necessários ao ser humano. Assim, e somente assim, será possível conciliar uma educação doméstica de qualidade à sociedade verde amarela.

Mariana Borba de Souza

3º ano / Balneário

2019